

Folha Informativa SRADR

2023-01-31

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Despacho n.º 142/2023</u>	2023.01.30	Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública; Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas	Delega na Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, com faculdade de subdelegação no Diretor Regional competente na matéria, a competência para, em nome do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, autorizar os procedimentos de empreitadas de obras públicas necessários, sob orientação do Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, à execução do Projeto n.º 3/OP22, “Árvores foram, casas são, histórias contam”, com um prazo de execução de 24 meses, na ilha das Flores.
<u>Resolução do Conselho do Governo n.º 6/2023</u>	2023.01.31	Presidência do Governo	Aprova a Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030).
<u>Resolução do Conselho do Governo n.º 7/2023</u>	2023.01.31	Presidência do Governo	Aprova o regulamento da medida CONTRATAR ESTÁVEL. Revoga a alínea a) do n.º 1 da Resolução do Conselho do Governo n.º 126/2021, de 28 de maio, relativa à vertente CONTRATAR +, bem como o regulamento da medida CONTRATAR, aprovado em anexo à Resolução do Conselho do Governo n.º 126/2021, de 28 de maio.



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Regulamento (UE) 2023/198</u>	2023.01.31	Comissão Europeia	Altera o anexo II do Regulamento (CE) n.º 396/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos limites máximos de resíduos de abamectina no interior e à superfície de determinados.
<u>Regulamento de Execução (UE) 2023/199</u>	2023.01.31	Comissão Europeia	Aprova a substância ativa de baixo risco <i>Trichoderma atroviride</i> AT10, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011.
<u>Regulamento de Execução (UE) 2023/200</u>	2023.01.31	Comissão Europeia	Relativo à não aprovação do óleo essencial de limão (óleo essencial de <i>Citrus lemon</i>) como substância de base, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado.
<u>Decisão n.º 1/2022</u>	2023.01.31	Comité das Alfândegas do Acordo de Comércio	Altera determinados elementos do Protocolo n.º 1 relativo à definição da noção de «produtos originários» e aos métodos de cooperação administrativa, bem como dos seus anexos

Folha Informativa SRADR

2023-01-31



Diploma	Data	Emissor	Sumário
		Livre entre a União Europeia e a República de Singapura	

OUTROS ASSUNTOS



República Portuguesa

Notícias

◆ Disponíveis gravação e apresentações do webinar "Investimento Colaborativo em Territórios Rurais"

No passado dia 26 de janeiro, decorreu o [quarto e último webinar](#) do projeto ForestWatch dedicado ao tema "Investimento Colaborativo em Territórios Rurais", copromovido pelo Centro PINUS e pela ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável. Américo Mendes, Professor Associado de Economia na Católica Porto Business School, iniciou a sessão com a contextualização dos fatores sociais e económicos que interferem na adesão dos proprietários à gestão florestal agrupada, referindo que a adesão a este modelo pode ter vários sentidos e graduações, até um nível máximo em que o proprietário delega a gestão da propriedade e defendeu uma visão flexível do conceito.

Relembrou que o contacto e mobilização de centenas de proprietários nas regiões com predominância do minifúndio (o norte e o centro do país) é uma atividade intensiva e de muito trabalho. Defendeu, ainda, a necessidade de distinguir dois bens públicos: a organização dos proprietários florestais e os serviços do ecossistema produzidos pelos espaços florestais, considerando que o primeiro deve estar a montante, já que é instrumental ao segundo.

Como incentivo à gestão do território, Américo Mendes recomendou a criação de duas novas medidas de apoio complementares entre si. Um dos modelos que preconizou foi a criação de "Equipas Integradas de Defesa e Valorização dos Espaços Florestais" para intervir numa área florestal de cerca de 7 500 ha (com flexibilidade), com custos anuais de 500 000€, dos quais 75% de financiamento público e 25% privado, com base na prestação de serviços.

Segundo os cálculos deste economista, este valor anual é, ainda assim, insuficiente para remunerar os serviços dos ecossistemas. A título de exemplo, para 1 ha de resinosas esse valor é de 254€/ano o que corresponderia à geração potencial de 1 905 000€/ano para uma área de 7 500 hectares. O apoio de 100 destas equipas, permitiria criar condições para a gestão de 750 000 hectares. Esta iniciativa seria um complemento relevante aos cerca de 140 000 hectares integrados em Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP). Sugeriu, ainda, a criação de um "Programa das Comunidades Florestais Saudáveis" baseado no bem-sucedido [Programa Bairros Saudáveis](#).

Por sua vez, Maria João Canadas, investigadora nas áreas da Sociologia e da Economia Rurais no Instituto Superior de Agronomia, referiu, com base num [estudo realizado no Pinhal Interior](#), a necessidade de mais intervenção e financiamento público para superar as desvantagens territoriais em regiões demográfica e economicamente deprimidas, bem como para incentivar a gestão de combustível e alcançar uma paisagem mais resiliente ao fogo. Também Maria João Canadas frisou o enorme esforço necessário para coordenar centenas de proprietários e deixou um alerta: as políticas atuais são insuficientes para estimular uma mudança em certos territórios.

Após o debate conduzido por Paulo Lucas, da ZERO, para esclarecimento das questões colocadas pelos participantes aos oradores, seguiu-se a segunda parte do webinar dedicada ao balanço do projeto ForestWatch com término em janeiro de 2023.

Susana Carneiro, Diretora Executiva do Centro PINUS, apresentou um [Barómetro de Investimento Florestal](#) que continuará a ser atualizado anualmente, um compromisso assumido pelo Centro PINUS e pela ZERO.

Folha Informativa SRADR

2023-01-31

Antes da conclusão da sessão, Nuno Forner, representante da ZERO e gestor do ForestWatch, resumiu as ações desenvolvidas durante o projeto e apresentou os resultados das iniciativas dirigidas aos cidadãos, em que apesar da adesão positiva e do interesse expresso sobre a floresta portuguesa é perceptível a desinformação generalizada sobre o tema.

Num balanço relativo à evolução da implementação das políticas florestais durante os 18 meses de execução do projeto, Nuno Forner salientou a lacuna de informação pública sobre o investimento por espécie florestal, a incipiência da remuneração dos serviços do ecossistema, o ritmo lento, face ao previsto, a que são implementados os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP's) e as AIGP's.

O Webinar contou com 403 participantes na plataforma ZOOM. Para os que não tiveram oportunidade de participar, ou quiserem rever, a gravação encontra-se disponível [neste link](#) do canal de Youtube do Centro PINUS.

Entre a audiência, destaca-se a forte presença de organismos públicos, autarquias, organizações de produtores florestais e entidades gestoras de AIGP e de ZIF, empresas do setor florestal, universidades e entidades públicas e privadas de I&D, assim como, ONGA's, proprietários florestais e vários interessados, a título individual.

Pode consultar e fazer download das apresentações disponibilizadas pelos oradores nos links abaixo:

- [Proposta de modelos económicos adaptados à gestão agrupada](#) - Américo Mendes, Universidade Católica
- Estudo referido durante a apresentação: [ECOFOR.PT - Valorizacao Economica dos Bens e Servicos dos Ecossistemas Florestais de Portugal](#), junho 2021
- [Importância das políticas públicas na gestão de territórios sócio economicamente deprimidos](#) - Maria João Canadas, Instituto Superior de Agronomia
- [Barómetro de investimento florestal](#) - Susana Carneiro, Centro PINUS
- [Principais resultados do Projeto ForestWatch](#) - Nuno Forner, ZERO

Fonte - Rede Rural Nacional - [Disponíveis gravação e apresentações do webinar "Investimento Colaborativo em Territórios Rurais"](#)



União Europeia



Opinião dos Cidadãos e Empresas sobre as Políticas da UE

Está a decorrer o período para a apresentação de comentários relativamente à seguinte **CONSULTA PÚBLICA**:

✓ **Título: Novas prioridades de produtos para a conceção ecológica dos produtos sustentáveis**

Sumário: A recente proposta da Comissão relativa à conceção ecológica dos produtos sustentáveis visa sujeitar os produtos vendidos na UE a requisitos relacionados com o desempenho e a requisitos de informação, a fim de assegurar uma maior sustentabilidade.

A Comissão procura obter pontos de vista sobre as categorias de novos produtos e as medidas a abordar em primeiro lugar, para que possa definir prioridades de forma transparente e inclusiva.

Período para comentários: 31 de janeiro de 2023 a 25 de abril de 2023

Link: [Novas prioridades de produtos para a conceção ecológica dos produtos sustentáveis \(europa.eu\)](#)

Folha Informativa SRADR

2023-01-31



Outras Notícias da Comissão Europeia

❖ A Política de Coesão da UE: Fundos Estruturais e de Investimento Europeus apoiam as PME, o emprego de milhões de pessoas e a produção de energia limpa

Em 2014-2020, os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (Fundos ESI) libertaram um investimento total de 731 mil milhões de euros, dos quais 535 mil milhões de euros foram financiados pela UE, promovendo a convergência socioeconómica duradoura, a coesão territorial, a Europa social e uma transição verde e digital suave.

Isto é explicado no Relatório de Síntese de 2022 sobre a Implementação dos Fundos do IEE, adotado pela Comissão.

O relatório apresenta as realizações dos Fundos do IEE até ao final de 2021:

- Mais de 4 milhões de pequenas e médias empresas (PME) foram apoiadas;
- 55,2 milhões de pessoas foram apoiadas através de ações de emprego, inclusão social ou competências e educação;
- A capacidade de produção de energia foi aumentada em mais de 3.600 megawatts/hora/ano resultantes de recursos energéticos renováveis, enquanto o consumo anual de energia primária dos edifícios públicos foi reduzido em 2,6 terawatts/hora/ano (equivalente à quantidade de eletricidade consumida por cerca de 720.000 lares durante um ano inteiro);
- 2,3 milhões de projetos apoiaram o sector agrícola e as PME's rurais a tornarem-se mais competitivas, e ajudaram a criar empregos nas zonas rurais;
- No sector da pesca e da aquicultura foram mantidos 44.000 postos de trabalho e criados mais de 6.000 novos postos de trabalho.

Os Fundos ESI estiveram também na linha da frente do apoio aos Estados Membros e Regiões para enfrentar a pandemia da COVID-19 e o seu impacto económico.

Graças às flexibilidades temporárias introduzidas na Política de Coesão na sequência da emergência sanitária, foi dada aos Estados-Membros a possibilidade de reatribuir fundos não gastos da Política de Coesão a áreas prioritárias como os cuidados de saúde, esquemas de trabalho a tempo reduzido e apoio às PME.

Foram distribuídos fundos ESI desde o surto da pandemia em 2020 e 2021 para cobrir as necessidades emergentes das instituições médicas, investigadores, proprietários de empresas, empregados e pessoas vulneráveis. Além disso, os fundos ESI ajudaram a formar milhões de pessoas com baixas qualificações, muitas das quais adquiriram qualificações formais.

Finalmente, os fundos ESI foram fundamentais para impulsionar medidas de eficiência energética e energias renováveis, renovação de edifícios e integração no mercado, como fatores-chave para a segurança energética da UE. A Política de Coesão ajudou os Estados-Membros e as regiões a combater a pobreza energética, reduzindo simultaneamente as emissões de GEE e criando empregos sustentáveis no sector da construção e da construção.

✓ Contexto

O Relatório Anual Sumário dos Fundos do IEE que cobre a implementação em 2014-2020 é um requisito nos termos do artigo 53º do Regulamento (UE) nº 1303/2013. O relatório deste ano apresenta a evolução na implementação financeira dos Fundos do IEE para o período 2014-2020 até ao final de 2021. O período financeiro de 2014-2020 termina no final de 2023 ao abrigo da chamada regra N+3.

Sendo um dos maiores instrumentos de investimento ao abrigo do orçamento da UE, os Fundos do IEE apoiam a coesão territorial, económica e social das regiões da Europa, bem como a sua resiliência e recuperação da crise enfrentada nos últimos anos.

São constituídos por:

- [O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional;](#)
- [O Fundo Social Europeu;](#)
- [O Fundo de Coesão;](#)
- [O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#)
- [O Fundo Europeu Marítimo e das Pescas.](#)

Os objetivos políticos prosseguidos com os Fundos ESI incluem:

- investigação e inovação
- tecnologias digitais



Outras Notícias da Comissão Europeia

- apoiar a economia com baixo teor de carbono
- gestão sustentável dos recursos naturais
- pequenas empresas
- crescimento inteligente, sustentável e inclusivo,
- emprego, melhor educação e formação,
- o reforço da capacidade institucional da administração pública,
- desenvolvimento urbano e cooperação territorial (Interreg).

Fonte - [European Structural and Investment Funds \(europa.eu\)](https://europa.eu)

◆ Aumento das importações agroalimentares da UE em outubro de 2022

Os fluxos comerciais mensais de produtos agrícolas e alimentares da UE atingiram um valor recorde de 36,5 mil milhões de euros em outubro de 2022. A parte das importações agroalimentares da UE aumentou, atingindo 15,7 mil milhões de euros nesse mês. Isto representa uma diferença de 3% em relação ao mês anterior. Os preços mais elevados das farinhas de soja, colza, trigo e óleo de girassol resultaram neste crescimento. Embora registando uma ligeira diminuição mensal, as exportações agroalimentares da UE permanecem fortes, com um valor de 20,7 mil milhões de euros. Globalmente, e apesar do aumento das importações, a balança comercial da UE permanece positiva em 5 mil milhões de euros. Estas são as principais conclusões do último relatório mensal sobre o comércio agroalimentar publicado hoje pela Comissão Europeia.

O último relatório mensal sobre o comércio agroalimentar apresenta também um enfoque especial na evolução da produção e consumo de trigo e milho em várias regiões do mundo.

✓ Exportações

Em termos de valor, as exportações agroalimentares da UE diminuíram 1,2% mês a mês. A diminuição das exportações da UE deve-se principalmente a uma queda nas exportações de bebidas espirituosas e licores, bem como de queijo e requeijão. O aumento de 3% das exportações para a China compensou parcialmente o declínio das exportações para os Estados Unidos (-5%) e para o Reino Unido (-2%). Apesar deste decréscimo mensal, as exportações agroalimentares da UE para os EUA e o Reino Unido nunca foram maiores. Nos primeiros dez meses de 2022, as exportações da UE para os EUA atingiram 24,4 mil milhões de euros. Isto é 29% mais elevado do que a média de três anos para o mesmo período. Da mesma forma, as exportações da UE para o Reino Unido entre janeiro e outubro de 2022, num valor de 39,5 mil milhões de euros, são 15% mais elevadas do que em 2021.

✓ Importações

O Brasil e a Ucrânia são os dois principais países para as importações agroalimentares da UE. As importações do Brasil diminuíram 17% em outubro de 2022 em comparação com o mês anterior. No entanto, as importações da Ucrânia aumentaram 25% nesse mês com milho, óleo de girassol, sementes de girassol e colza representando 70% das importações da UE. O valor das importações da Ucrânia e do Brasil é 20% superior ao do terceiro fornecedor mais importante de produtos agroalimentares da UE, ou seja, o Reino Unido.

Os volumes de óleo de palma importados diminuíram 16% em comparação com o mesmo período em 2021, enquanto as importações de milho aumentaram 66%.

✓ Padrões de produção e consumo de trigo e milho em regiões do mundo

A pandemia da COVID-19 e, mais recentemente, a invasão russa da Ucrânia, pôs em risco a segurança alimentar global e a subsistência de milhões de pessoas em todo o mundo. A [Comissão Europeia está a cooperar com parceiros a todos os níveis](#) para apoiar os esforços no sentido de levar os alimentos àqueles que mais necessitam e ajudar os agricultores afetados. O relatório de hoje inclui uma secção que apresenta as evoluções históricas (de 1961 a 2019) no consumo e produção de trigo e milho em toda a Europa, Ásia Central, Ásia-Oceânia, África e Américas.

Folha Informativa SRADR

2023-01-31



Outras Notícias da Comissão Europeia

Em resumo, a Ásia tinha tido um défice de trigo devido a um aumento do consumo desde os anos 60, que só em parte foi compensado por maiores volumes de produção. Em África, o défice tem aumentado particularmente desde os anos 2000 por razões semelhantes. Outras regiões do mundo são exportadores líquidos. No caso do milho, a UE tem um ligeiro défice de produção em comparação com as suas necessidades de consumo, enquanto as Américas são de longe a maior região exportadora (principalmente os EUA, Brasil e Argentina).

Mais informações e quadros detalhados estão disponíveis abaixo na [última edição do relatório mensal do comércio agroalimentar da UE](#).

Fonte - Increase of EU agri-food imports in October 2022 (europa.eu)



Notícias do Conselho

Conselho de Agricultura e Pescas, 30 de janeiro de 2023

PRINCIPAIS RESULTADOS

AGRICULTURA

✓ Situação de Mercado

Os ministros fizeram um balanço da situação do mercado nos estados membros, particularmente à luz da guerra da Rússia contra a Ucrânia. Receberam ainda informações da Comissão sobre os últimos desenvolvimentos nos mercados agrícolas. Embora os últimos meses tenham mostrado mais estabilidade, os preços da energia e dos fatores de produção permanecem elevados, enfraquecendo a rentabilidade e levando a preços elevados no consumidor. Os Ministros trocaram opiniões sobre as ações possíveis para ajudar a aliviar a situação na Ucrânia a curto e longo prazo, e renovaram o seu compromisso de continuar a facilitar e reforçar a conectividade terrestre através das vias de solidariedade da UE. Os Ministros reconheceram ainda o impacto da guerra nos mercados da UE, e discutiram medidas de apoio aos sectores mais afetados, incluindo a possível utilização da reserva agrícola.

“Embora os mercados tenham estabilizado nos últimos meses, a guerra russa contra a Ucrânia manteve os preços da energia e dos fatores de produção elevados, enfraquecendo a rentabilidade dos produtores e levando a preços elevados no consumidor. O Conselho de hoje demonstrou um apoio claro para ajudar a Ucrânia, inclusive através das vias de solidariedade. Os ministros reconheceram a pressão sobre os produtores da UE e discutiram potenciais medidas de apoio para ajudar o sector agroalimentar da UE e assegurar a sua competitividade e resiliência, incluindo a possível necessidade de ativar a reserva agrícola.” - Peter Kullgren, ministro sueco para os assuntos rurais

- [Situação do mercado em particular na sequência da invasão da Ucrânia - Informações da Comissão e dos Estados-Membros - Troca de pontos de vista](#)
- [Como é que a UE está a responder ao impacto da guerra no mercado? \(informação de base\)](#)
- [Impacto da invasão russa da Ucrânia nos mercados: Resposta da UE \(informação de base\)](#)
- [Segurança alimentar e acessibilidade de preços \(informação de base\)](#)

✓ Bioeconomia

Os Ministros discutiram as oportunidades da bioeconomia com vista à adoção de conclusões do Conselho sobre o assunto. A discussão ministerial centrou-se especialmente nos benefícios da bioeconomia para as zonas rurais e reconheceu o contributo que a bioeconomia pode trazer para enfrentar vários dos desafios atuais, incluindo as alterações climáticas, o emprego, a competitividade, a energia, e a resiliência. Estão já em curso ações na UE e nos estados membros. Os ministros concordaram que mais poderia ser feito para libertar o potencial, tal como mobilizar recursos financeiros para a inovação e assegurar que a política da UE está a apoiar o desenvolvimento de uma bioeconomia sustentável.

Folha Informativa SRADR

2023-01-31



Notícias do Conselho

✓ Outros assuntos

Os ministros foram informados sobre a revisão da legislação relativa ao transporte de animais e sobre a necessidade de um maior transporte de bem-estar animal no mercado único e das exportações para países terceiros. No contexto da guerra na Ucrânia, os ministros foram ainda informados sobre as medidas de apoio ao rendimento para 2023, o impacto das importações agrícolas da Ucrânia nos mercados da UE, e a necessidade de uma abordagem estratégica a longo prazo para o sector agroalimentar, a fim de assegurar a resiliência da UE e a competitividade global. Os ministros foram ainda informados sobre os aspetos agrícolas da revisão da diretiva sobre emissões industriais, da diretiva do Conselho sobre mel, e da conferência dos ministros da Agricultura, que teve lugar no contexto do fórum global para a alimentação e agricultura de 2023.

✓ Rendimento mínimo adequado

Esta recomendação do Conselho visa combater a pobreza e a exclusão social, e perseguir níveis elevados de emprego, promovendo um apoio adequado ao rendimento através de um rendimento mínimo, um acesso efetivo a serviços essenciais e de habilitação para as pessoas que não dispõem de recursos suficientes e fomentando a integração no mercado de trabalho das pessoas que podem trabalhar.

- [Conselho adota recomendação sobre o rendimento mínimo adequado \(comunicado de imprensa, 30 de janeiro de 2023\)](#)

Fonte - [Agriculture and Fisheries Council - Consilium \(europa.eu\)](#)